

Análise da condição social das empregadas domésticas na América Latina a partir de representações presentes nos contos “Coro e Ali” de María Fernanda Ampuero

An analysis of the social conditions of domestic workers in Latin America based on their representation in the short stories “Coro and Ali” by María Fernanda Ampuero

Wellyna Késia Franca de Sousa ¹

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Beatrice Rossotti²

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Partindo da compreensão da literatura como espaço de produção e problematização das representações, neste artigo analisa-se a condição das empregadas domésticas na América Latina a partir das representações presentes nos contos “Ali” e “Coro”, da escritora equatoriana María Fernanda Ampuero. Inseridas em um contexto marcado pela herança colonialista, escravista e patriarcal, as personagens dos contos evidenciam estruturas de exploração atravessadas pelas intersecções de gênero, raça e classe. O trabalho doméstico exercido por elas, além de historicamente associado a funções consideradas “naturais” ao feminino, recai majoritariamente sobre mulheres pobres e racializadas, o que contribui para a manutenção de suas representações como atividades desvalorizadas, invisibilizadas e desconexas da noção de trabalho dignificante. Neste sentido, a figura da empregada doméstica emerge como uma reconfiguração, em tempo presente, da mulher escravizada no espaço privado da casa-grande. De abordagem qualitativa, bibliográfica e interpretativa, a pesquisa recorre a procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2016), especialmente à análise categorial temática, para identificar e agrupar as representações, compreendidas a partir de Jodelet (2001) e Chartier (1998). A análise dialoga ainda com as discussões sobre colonialidade de Quijano (2005) e Lugones (2014). As representações identificadas foram organizadas em quatro eixos temáticos: a índole e a natureza atribuídas às empregadas, as condições de trabalho, os processos de valoração e invisibilização e a construção da figura exótica. Dessa forma, o artigo evidencia que as condições de trabalho das empregadas domésticas, tanto nas narrativas analisadas quanto no atual cotidiano, estão intrinsecamente ligadas à formação colonial de nossas sociedades, edificadas sobre o trabalho escravizado. Assim, propõe-se que essas reflexões contribuam para o debate sobre a condição socioeconômica dos sujeitos latino-americanos.

Palavras-chave: empregadas domésticas; “Ali”; “Coro”; María Fernanda Ampuero; decolonialidade.

Abstract: Based on an understanding of literature as a space for the production and problematization of social representations, this article analyzes the condition of domestic workers in Latin America through the representations found in the short stories “Ali” and “Coro,” by Ecuadorian writer María Fernanda Ampuero. Situated within a context marked by colonial, slaveholding, and patriarchal legacies, the characters in these stories reveal structures of

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. rossottibeatrice@gmail.com

² Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. teacher.wkesia@gmail.com

exploitation shaped by the intersections of gender, race, and class. In addition to being historically associated with functions regarded as “natural” to women, domestic work is predominantly performed by poor and racialized women, which contributes to its continued representation as devalued and invisible labor, disconnected from the notion of dignified work. In this sense, the figure of the domestic worker emerges as a contemporary reconfiguration of the enslaved woman within the private space of the plantation household. Adopting a qualitative, bibliographic, and interpretive approach, the study draws on procedures from Bardin’s (2016) content analysis, particularly thematic categorical analysis, to identify and group social representations, understood from the perspective of Jodelet (2001) and Chartier (1998). The analysis also engages with Quijano’s (2005) and Lugones’s (2014) discussions of coloniality. The identified representations were organized into four thematic axes: the character and nature attributed to domestic workers, working conditions, processes of valuation and invisibilization, and the construction of the exotic figure. The article thus demonstrates that the working conditions of domestic workers, both in the narratives analyzed and in contemporary everyday life, are intrinsically linked to the colonial formation of our societies, which were built upon enslaved labor. These reflections are therefore intended to contribute to the debate on the socioeconomic condition of Latin American subjects.

Keywords: domestic workers; “Ali”; “Coro”; María Fernanda Ampuero; decoloniality.

Submetido em 30 de janeiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

A escolha do objeto e do recorte espacial deste artigo perpassam pelos estudos decoloniais que investigam os aspectos sócio-históricos do sul global³. Além disso, este estudo justifica-se também a partir da perpetuação de práticas cotidianas discriminatórias que remetem às estruturas escravistas na América Latina. Consideramos que as condições trabalhistas, características do período analisado, o pós-abolição, estão imbuídas de aspectos como raça, etnia, classe e gênero, sendo eles os definidores para a exploração e submissão das personagens femininas negras analisadas nos contos “Coro e Ali”, de María Fernanda Ampuero.

Estima-se que haja 18 milhões de trabalhadoras domésticas na América Latina e no Caribe, das quais 93% são mulheres. Esse dado evidencia a forte feminização dessa ocupação, historicamente associada às atividades de cuidado e manutenção do espaço doméstico. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o trabalho doméstico como aquele realizado em domicílio privado. De acordo com Salvador (2020), essas

³ Compreendemos esse espaço nos termos de Silva (2024, s/p): i) não é apenas uma definição geográfica, mas geopolítica, cultural e epistêmica; ii) um lugar discursivo, um lugar de produção de conhecimentos, plural e dialógico; iii) não é só o “Brasil”, nem o “Brazil”, mas sim os “Brasis”. [...]

trabalhadoras são responsáveis pelos cuidados de outras pessoas e pela realização de atividades voltadas à manutenção do lar. Embora essas atribuições possam variar entre os países, elas envolvem, de modo geral, tarefas como cozinhar, limpar, cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência, realizar compras, cuidar de jardins ou animais domésticos e, em alguns casos, dirigir veículos da família. O trabalho doméstico pode ser exercido em regime parcial, integral ou por horas, sendo desempenhado tanto por trabalhadoras residentes no domicílio empregador quanto por aquelas que residem em suas próprias casas.

Enquanto, normalmente, os serviços realizados por trabalhadores domésticos homens envolvem a área externa da casa, tradicionalmente direcionou-se às mulheres as atividades domésticas exercidas dentro da casa, como: limpar, lavar, passar, cozinhar e cuidar de crianças. Além de receber salários abaixo da média, muitas vezes as trabalhadoras domésticas acabam submetidas a uma jornada laboral muito acima das oito horas diárias garantidas pela Constituição Brasileira⁴, quando não acabam morando na casa do próprio empregador, em sua maioria no espaço denominado popularmente “quartinho de empregada”, tendo que estar disponíveis 24 horas por dia. Essa jornada de trabalho extensiva, conseqüentemente, implica que essas trabalhadoras acabem impedidas de ter momentos cotidianos dedicados ao lazer ou mesmo de passar tempo com suas próprias famílias, tornando-se uma figura ausente ou pouco presente para seus próprios filhos.

A grande quantidade de pessoas exercendo essa função não é ao acaso e está intimamente ligada ao passado colonial da América Latina, onde o trabalho doméstico foi, historicamente, em sua grande maioria, realizado pela população racializada (africanos, afrodescendentes, indígenas e mestiços). Neste artigo, as representações sobre as empregadas domésticas que iremos analisar estão localizadas em uma construção racial da população negra. Para isso, teremos como fonte as representações de empregadas domésticas identificadas nos contos “Ali” e “Coro” publicados no livro *Pelea de Gallos* (2018)⁵ da escritora equatoriana María Fernanda Ampuero.

Este cenário de perpetuação se desenvolve como consequência de o fim da

⁴ BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Art. 58 (duração normal do trabalho não excederá 8 horas diárias).

⁵ O livro *Pelea de Gallos* (publicado no Brasil com o título *Rinha de Galos*) de Maria Fernanda Ampuero é composto por treze contos e foi publicado em 2018.

escravização latino-americana não ter sido acompanhado de políticas dos Estados a fim de criarem mecanismos de proteção social e de acesso a direitos básicos (como trabalho, moradia e educação), para a população negra no período de pós-abolição. Em outras palavras, para os recém-libertos não havia oportunidades institucionalizadas de ensino formal e trabalhos bem remunerados. Para sobreviver, se viram condenados a subempregos recebendo uma mísera remuneração pelos seus serviços. Essa condição de serem entendidas como subalternizadas em sua condição social fez com que a discriminação relativa ao trabalho doméstico se perpetuasse.

Nos cenários latinoamericanos em que o serviço doméstico era feito majoritariamente por mulheres negras, essa condição de entendimento tanto do serviço quanto de suas executoras enquanto uma condição social inferiorizada era reafirmada pela estrutura social patriarcal em que estavam inseridas (Silva, 2017). Diante desse contexto histórico e social, este artigo propõe analisar as representações das empregadas domésticas nos contos mencionados tomando a literatura como fonte de investigação crítica das relações sociais e das permanências coloniais que atravessam o trabalho doméstico na América Latina.

Embora o livro *Pelea de gallos* tenha sido foco de discussão de pesquisas acadêmicas, especialmente no que se refere às representações da violência e da corporeidade feminina e o horror, não foram encontrados estudos que abordem as empregadas domésticas presentes na obra. No levantamento bibliográfico realizado, foram identificados trabalhos que se debruçam sobre outros contos do livro (Prazeres, Rodrigues e Silva, 2023; Botelho e Sá, 2024; Moreno, 2025; Pinheiro, 2024, Borges 2025); e até mesmo do conto “Ali” (Almeida e Silva, 2024), contudo, a análise concentra-se majoritariamente na construção da personagem-título (Ali, a patroa) e em aspectos de sua subjetividade. Dessa forma, o presente artigo busca contribuir para a ampliação do debate crítico ao propor uma leitura que articula literatura, colonialidade e trabalho doméstico feminino negro no contexto latino-americano.

Percurso metodológico

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, que toma o texto literário como fonte para a investigação das

representações acerca das empregadas domésticas. O corpus é constituído pelos contos “Ali” e “Coro”, da obra *Pelea de gallos* (2018), de María Fernanda Ampuero, selecionados, após a leitura integral da obra, por serem narrativas em que a figura da empregada doméstica aparece de maneira significativa.

Para o tratamento do *corpus*, recorreremos a procedimentos da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2016), especialmente à análise categorial temática. Inicialmente, identificamos, nos dois contos, passagens que evidenciam representações associadas às empregadas domésticas, compreendidas a partir de Jodelet (2001) e Chartier (1998). Em seguida, essas representações foram agrupadas de acordo com suas afinidades temáticas, processo do qual emergiram quatro categorias de análise: a índole e a natureza das empregadas; condições de trabalho; valorização e invisibilização; e figura exótica.

Por fim, o artigo ultrapassou a identificação e a descrição dessas representações, buscando analisar os processos históricos e sociais relacionados à sua constituição e permanência no imaginário social. Para isso, os elementos identificados nos contos foram colocados em diálogo com o referencial teórico do estudo, especialmente com as discussões acerca da colonialidade e das relações de raça, gênero e classe.

1. América Latina e representações

O espaço que denominamos América Latina é constituído por países que possuem características próprias⁶. Partindo da dimensão de diversidade entre os territórios latino-americanos também dialogamos com a perspectiva de Zinani (2006, p. 267) na qual afirma que “há uma espécie de ‘teto comum’ que possibilita o estabelecimento de significados para as identidades culturais modernas” que vai além da questão linguística e da nacionalidade de cada país, pois

⁶ Para este artigo, não nos deteremos às discussões sobre o conceito de América Latina, mas temos conhecimento de ser uma temática amplamente explorado pela historiografia. Nesse sentido, temos perspectivas que rompem com a visão da América Latina como “invenção” europeia, propondo uma releitura a partir das contribuições de indígenas, africanos e crioulos (Mignolo, 2006); assim como temos a perspectiva nomeada “colonialidade do poder”, que acrescenta à essa dinâmica colonialista o qual radicalizada e epistemicida foram as imposições colonialistas na busca pela manutenção da subalternidade dos “não europeus” (Quijano, 2005). Ainda no debate sobre o conceito de América Latina também contamos com a defesa de uma unidade cultural e territorial, articulada pela língua espanhola e traços culturais comuns (Rama, 1998), ou pela manutenção da condição periférica do “Outro” na modernidade, formando uma totalidade oprimida por dominação econômica, cultural e ontológica (Dussel, 1997).

a América Latina constitui uma região dotada de especificidades, que, ao mesmo tempo que a particularizam, oportunizando a representação de uma totalidade em relação a outros espaços, permite a apresentação de múltiplas facetas, devido aos processos históricos próprios de cada país. Essa característica contribui tanto para a riqueza e a diversidade das manifestações culturais, quanto para o estabelecimento de relações pertinentes entre os diversos segmentos que compõem a sociedade. Assim, o estudo da relação entre produção simbólica e espaço contribui não só para entender as peculiaridades históricas e culturais, como também para valorizar a regionalidade latino-americana (Zinani, 2006, p. 268).

Essas similaridades resultantes de um processo histórico comum (em vários aspectos – a colonização), agem sobre o imaginário possibilitando a formação de uma identidade espacial específica que pode ser observada, por exemplo, na expressão literária. Os seres humanos “desde sempre expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música” (Pesavento, 2006, p. 2). No caso da literatura, que surge quando narrativas orais passam a ser registradas de maneira escrita, expressando aspectos múltiplos do complexo,

diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico (Borges, 2010, p. 98).

A literatura nos serve como fonte para entender as representações que constituem o imaginário de determinados momentos históricos. Ainda que o texto literário não tenha o compromisso de retratar personagens que de fato existiram, seus personagens fictícios, normalmente, são baseados em pessoas reais que viveram situações reais em uma determinada época (Martins, 2015). Neste trabalho dialogamos com o histórico do Brasil, levantando questões que são paralelas à História de outros países latino-americanos, que também vivenciaram a construção nacional tendo como basilar um sistema patriarcal e escravista.

A teoria das representações analisa como o conjunto organizado de conhecimentos, opiniões e imagens sobre determinado objeto influenciam nas relações sociais. Jodelet (2001, p. 22) define a representação social como

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo,

natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.

As representações não são a realidade referencial. Trata-se de uma construção e/ou elaboração mental da mesma a partir dos sentidos que cada sociedade apresenta de acordo com determinado momento sócio-histórico e as experiências de seus sujeitos. Além disso, Roger Chartier (1998, p. 17) nos alerta que,

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Embora as representações sejam mutáveis, percebemos que estruturas como o patriarcado e o racismo encontraram estabilidade para se perpetuarem na sociedade ao longo do tempo. A maneira como a figura da empregada doméstica é (e foi) representada socialmente, inclusive em obras literárias, nos permite observar a permanência de ambas as estruturas atravessando um mesmo corpo: o da mulher negra. Para ilustrar essa constatação, partiremos das representações de empregadas domésticas retiradas dos contos “Ali e Coro” do livro *Pelea de Gallos* (2018).

Narrado em 1ª pessoa por um narrador personagem, o conto “Ali” relata, pelo olhar de uma empregada doméstica, como sua patroa vai definhando assombrada por traumas resultantes de abuso sexual cometido por alguém da própria família. Neste cenário, a narradora descreve várias situações que retratam a relação patroa/empregada tanto na casa onde ela trabalha quanto em outras casas do bairro. Também são retratadas as relações superficiais das pessoas de alta classe que supervalorizam as aparências e como as mulheres dessa classe podem lidar com seus problemas se isolando do mundo se trancando em seus quartos justamente por terem empregadas domésticas.

Narrado em 3ª pessoa por um narrador onisciente, o conto “Coro” relata um encontro de “amigas” da alta classe realizado na luxuosa casa da patroa de Coro, personagem que dá nome ao conto. Em determinado momento, a empregada, que está prestes a ir para casa passar o fim de semana mensal que tem folga, aparece discretamente na sala onde as amigas estão reunidas e lembra à patroa que ainda não recebeu seu salário.

A patroa, impaciente, não encontra dinheiro trocado, apenas “notas grandes”, e depois de ir embora somente com metade do salário, Coro vira assunto entre as amigas que comentam desde suas características físicas até as “exigências absurdas” que as empregadas têm feito por melhores condições de trabalho. Mais adiante, perseguindo um suposto inseto, elas vão parar no quarto de Coro, onde se vestem com suas roupas para brincar de ser a empregada fazendo imitações debochadas dela. A narrativa também retrata o tratamento direcionado a uma mulher racializada que compõe o grupo de amigas⁷.

Em vários momentos a autora traz a fala de alguns personagens inserida no discurso do narrador, fazendo uso do discurso indireto livre. Nesse tipo de discurso, o narrador ocupa o lugar da outra pessoa do discurso, assumindo sentimentos e pensamentos, inserindo-os na sua própria narrativa de forma que a voz do personagem e do narrador se mesclam tanto no texto escrito quanto com relação ao que está sendo dito.

As representações são construídas no social e “se manifestam como imagens, sistemas de referência, categorias, teorias, geralmente todas essas formas juntas, configurando uma complexa construção” (Jodelet, 2001, p. 158). Como o autor é um sujeito inserido na sociedade, seu discurso literário ficcional não está isento de sua experiência enquanto ser social. María Fernanda Ampuero traz no conto “Ali” a relação empregadas/empregadoras narrada em 1ª pessoa por uma empregada doméstica. No caso do conto Coro”, o uso do discurso indireto livre faz com que as vozes de várias empregadas apareçam mescladas à voz do narrador em 3ª pessoa que não esconde o escárnio que sente pelas mulheres de alta sociedade que estão sendo retratadas. As falas dessas personagens, introduzidas por meio do discurso indireto livre, revela um tom de deboche por parte desse narrador.

Ampuero mobiliza a figura da empregada doméstica não para reiterar os estereótipos historicamente consolidados na literatura latino-americana, mas para problematizá-los de modo crítico, deslocando as personagens da posição marginal que tradicionalmente ocuparam no espaço narrativo e expondo a violência simbólica e material que estrutura a casa patriarcal. Esse gesto, a distância de uma tradição literária predominantemente masculina, na qual a empregada doméstica costuma aparecer como figura funcional, silenciosa ou naturalizada, como se observa em obras canônicas como

⁷ Discutimos neste artigo somente as questões referentes às empregadas domésticas.

O cortiço, de Aluísio Azevedo (1997), nas recorrentes figuras de criadas nos romances e contos de Machado de Assis (2008), em *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez (2014), e em *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo (2008). Ao contrário dessas obras⁸, a escrita de Ampuero não apenas revisita a tradição, mas a confronta, tornando visível a violência estrutural que sustenta as relações de classe, gênero e raça no interior da casa burguesa latino-americana.

De acordo com Zinani (2006, p. 258),

grande parte da literatura de autoria feminina, produzida na América Latina, estabelece relações significativas com a história, na medida em que questiona a própria escritura da história, vista como produto de uma cultura hegemônica e androcêntrica. Não se trata de incluir o elemento feminino na história já escrita, mas de repensar essa história a partir da perspectiva da mulher. Assim, a síntese entre literatura e história, por meio do estudo crítico, permite a percepção de um modelo de sociedade que desvela a discriminação sofrida por quem não pertence ao segmento dominante e possibilita a difusão da ideia de construção de um “projeto substitutivo” no mundo real, considerando a discussão sobre as questões de gênero e literatura.

Para além das imbricações de gênero, complementamos a ideia de Zinani, salientando que a autoria feminina também é atravessada por questões de raça e etnia, classe social, gênero etc. Dessa maneira, ao apropriar-se da narrativa, externando seu ponto de vista, a mulher “passa a questionar as formas institucionalizadas, promovendo uma reflexão sobre a história silenciada e instituindo um espaço de resistência contra as formas simbólicas de representação por meio da criação de novas formas representacionais” (Zinani, 2006, p. 264).

Dessa forma, a escrita de autoria feminina na América Latina, como se observa na obra de María Fernanda Ampuero, emerge como um gesto de enfrentamento à naturalização histórica da violência e da miséria que atravessam o cotidiano do continente. Em *Pelea de gallos*⁹, a autora evidencia como a brutalidade se infiltra nas relações mais íntimas e corriqueiras, sobretudo na vida das mulheres, cujos corpos e subjetividades são marcados por violências múltiplas e recorrentes (Pinheiro, 2024).

Ao trazer essas experiências para o centro da narrativa, Ampuero rompe com a indiferença social diante do sofrimento feminino e convoca o leitor a enxergar

⁸ *O cortiço* foi publicado originalmente em 1890; as obras de Machado de Assis mencionadas datam, em sua maioria, da segunda metade do século XIX; *Cem anos de solidão* teve sua primeira edição em 1967; e *Pedro Páramo* foi publicado originalmente em 1955.

⁹ Para esse artigo restringiremos a análise aos contos “Coro” e “Ali”.

criticamente aquilo que foi normalizado. Assim, sua escrita não apenas denuncia a violência estrutural latino-americana, mas também recupera vozes silenciadas, transformando a literatura em espaço de empatia, resistência e questionamento das hierarquias sociais e de gênero (Moreno, 2024; Pinheiro, 2024).

Para pensar essas mulheres negras trazemos a categoria do “outro” ao longo deste trabalho, com base nas contribuições teóricas de Quijano (2005) sobre as diferenciações identitárias durante e depois da colonização europeia nos territórios que hoje constituem a América Latina. Para o pesquisador, a hierarquização social e racial surgiu a partir de comparações com as sociedades ocidentais europeias, em que seus valores socioculturais eram considerados características de uma “civilização desenvolvida”.

Assim, os traços corporais, as performances de gênero, as bagagens culturais, os conhecimentos e os papéis sociais dos sujeitos não europeizados foram categorizados como a margem do ideal, desviantes da escala do que era considerado “civilizado”. Esse sistema de identificação e segregação sociocultural na América Latina não foi finalizado com o fim do sistema político-econômico colonial. A manutenção desse arcabouço simbólico de dominação e subjugação deu-se a partir da organização histórica da sociedade a partir dessas diferenciações entre os sujeitos e populações. Dessa forma,

forçaram também, em medidas variáveis em cada caso, os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. (...) Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005, p. 111).

A caracterização do “outro” em intersecção com o gênero, raça e etnia direciona às mulheres as dimensões da “colonialidade de gênero”. De acordo com Lugones (2014), o sistema de dominação colonialista na América Latina construiu um ideal de mulher que se baseou nos valores ocidentais europeus em que a performance feminina esteve fundamentada nos arquétipos imaginários de feminilidade, submissão e maternidade. Logo, as “sujeitas outras” eram caracterizadas assim a partir das práticas que se distanciavam desses papéis ideais femininos; em que se tem que “nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (Lugones, 2014, p. 939).

Portanto, este trabalho parte da compreensão de que as representações feitas nos contos de María Fernanda Ampuero expõem, a partir da categoria do “outro” em

intersecção com as categorias “gênero” e “raça”, as construções de dominação, marginalização e inferiorização nos âmbitos socioculturais das empregadas domésticas negras na América Latina. Nesse cenário, as análises a seguir estão dispostas a partir das categorias: a índole e a natureza das empregadas, condições de trabalho, valoração e invisibilização e figura exótica.

2. A índole e a natureza das empregadas

Como o primeiro dentre os elementos a serem levantados, destacamos as representações que remetem a uma suposta má índole das empregadas. No conto “Ali” as empregadas relatam que as patroas

checavam suas bolsas e sacolas quando saíam e às vezes até embaixo das saias para ver se tinham colocado comida nas calcinhas. E lhes diziam se vocês não fossem tão ladras, nós não teríamos que fazer papel de polícia com todas as coisas que temos que fazer”¹⁰(Ampuero, 2018, p. 83, tradução nossa).

Nesse trecho, identificamos representada no discurso das patroas a ideia de que as empregadas tinham o hábito de roubar. Essa naturalização de uma essência do sujeito negro dialoga com as correntes teórico-ideológicas que defendiam a inferioridade de negras e negros ao questionar-lhes o caráter e ao imputar-lhes falhas morais. Tais falhas ajudaram na construção da alteridade do outro como selvagem, moralmente inferior e como um ser que necessitava da ajuda do colonizador branco europeu para atingir um grau de humanidade superior.

Segundo Cord e Souza (2018, p. 404), essa mentalidade se relaciona com perspectivas como a de Jean Jacques Rousseau que, no século XVIII, escreve o *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens* (1755). Na referida obra, “o filósofo anunciava a noção de ‘perfectibilidade humana’ como uma forma de dar conta de uma só humanidade e o modelo do ‘bom selvagem’ enquanto elemento que ajudava a entender a nossa própria civilização”. Os selvagens aqui tratados não são somente os povos indígenas, mas todos aqueles que não eram incorporados a essa

¹⁰ “les revisaban las carteras y las fundas al salir y a veces hasta debajo de la falda por si se habían metido algo de comida en el calzón. Y les decían si ustedes no fueran tan ladronas, nosotras no tendríamos que andar de policías con todas las cosas que tenemos que hacer” (AMPUERO, 2018, p.83).

“perfectibilidade humana”, ou seja, que não eram europeus ditos civilizados. Sendo assim, essa noção de selvageria se estendia aos sujeitos negros africanos.

No caso brasileiro, este discurso colonial deu origem às teorias evolucionistas que dialogavam com a ideia de degeneração das raças. As Américas, sob o olhar europeu, passariam a ser vistas como locais de análise, dado os altos índices de miscigenação desses povos, e o darwinismo social¹¹ buscava confirmar a ideia de que a degeneração racial passava por características fraudulentas, que seriam inerentes à população negra. Essa perspectiva do século XIX se baseava em um racismo científico que defendia que características biológicas e climáticas/ambientais determinavam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais das pessoas de acordo com sua raça.

Esse pensamento inspirou o surgimento da Criminologia¹² (ou Antropologia Criminal) que, sustentada pelos estudos teóricos e práticos da Frenologia¹³, contribuiu definitivamente para fixar na sociedade a imagem do “negro criminoso”. Terra (2010, p. 73) explica que de acordo com a Criminologia da época, o criminoso em potencial seria encontrado nos povos ou nos “indivíduos sujeitados ao domínio europeu e subjugados em suas potencialidades humanas. As populações que formavam as Américas e a África, sobretudo, negras, indígenas e mestiças, seriam consideradas como o que Lombroso (1887) denominou de criminoso nato”. Posteriormente, a ideia de criminoso nato foi estendida à figura do pobre, aquele incapaz de controlar seus instintos e desejos e discernir entre certo e errado: “A ausência de controle dos instintos seria o resultado prático de uma má formação educacional e familiar associada a baixa expectativa de trabalho”

¹¹ O darwinismo social foi uma interpretação das teorias de Darwin aplicada à sociedade, segundo a qual os grupos humanos seriam naturalmente desiguais e estariam submetidos a uma lógica de seleção e hierarquia. No século XIX, essa perspectiva foi usada por cientistas e intelectuais para justificar a superioridade de certos povos e a inferioridade de outros, especialmente em relação às populações negras e mestiças. No Brasil, essas ideias se misturaram ao positivismo, ao evolucionismo e ao racismo científico, servindo para sustentar discursos sobre degeneração racial, hierarquização das raças e necessidade de “civilização” das populações consideradas inferiores.

¹² Ciência empírica surgida na Itália em meados do século XIX com a publicação dos estudos de Cesare Lombroso (1835-1909) sobre o criminoso nato. Grosso modo, se propunha a traçar o perfil de criminosos a fim de controlar a criminalidade e a degeneração humana.

¹³ “A Frenologia é uma teoria que diz ser capaz de presumir o caráter, a personalidade e mesmo a criminalidade, a partir das formas apresentadas pela cabeça ou crânio. A teoria foi desenvolvida pelo médico alemão Franz Joseph Gall, por volta de 1800. Para muitos estudiosos [...] a mensuração da estrutura craniana possibilitaria uma avaliação da capacidade humana bem como uma análise sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade. [...] Através do estudo sistemático de frenologias e dos crânios poder-se-ia constatar a diversidade humana, produto das diferenças na estrutura racial. [...] Os princípios da Frenologia também foram muito utilizados nos estudos antropométricos de Lombroso. No Brasil fizeram grande sucesso na Faculdade de Medicina da Bahia, principalmente com a figura de Nina Rodrigues e seus estudos práticos sobre o caráter da inimizabilidade a jovens aprisionados”. (Terra, 2010, p. 52).

(Terra, 2010, p. 116). Embora na Europa sujeitos percebidos como pobres não fossem majoritariamente racializados, nas Américas Portuguesa e Espanhola, pela herança escravista colonial, eles o eram.

Após esse recorrido histórico, reiteramos que na representação contida no fragmento do conto inicialmente citado, é possível identificar que devido à raça e à classe social, as empregadas domésticas teriam tendências criminosas por natureza. Mais adiante, a narradora relata outro costume das patroas: “nas festas contratavam garçons¹⁴ com luvas brancas. Deve ser para que não toquem a louça branca com as mãos morenas...”¹⁵ (Ampuero, 2018, p. 85, tradução nossa).

Nesse trecho, nos chama atenção o branco das luvas e da louça colocado em oposição às mãos morenas dos garçons. É como se o branco (a louça) só pudesse ser tocado pelo branco (as luvas) para não ser contaminado, para não ser sujo pelo escuro (as mãos morenas e pobres). Em *Pele negra máscaras brancas*, Fanon (2008) discute a oposição entre o negro e o branco e como as associações de sentidos ligadas a ambos faziam parte do inconsciente coletivo europeu de forma que, além de o europeu ter entendido o “mundo negro” (os africanos) como o “princípio do mal”, também tenha transferido seu inconsciente coletivo sobre negro e branco para as terras colonizadas:

na Europa, o Mal é representado pelo negro. [...] Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. [...] Na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. [...] O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca (Fanon, 2008, p. 160).

Já no conto “Coro”, em um determinado momento da reunião das patroas, uma delas “[...] conta de novo a história de que não sei quem encontrou uma de suas empregadas tirando uma soneca e lhe jogou um copo d’água na cara e a menina nem acordou totalmente, virou para o lado e pediu mais 5 minutinhos” (Ampuero, 2018, p. 100-101, tradução nossa). A representação da conduta da empregada de dormir durante o

¹⁴ O uso da palavra *saloneros*, no original, permite a inferência de que as pessoas contratadas para servir nas festas eram tanto homens quanto mulheres, tendo sido a palavra utilizada dessa forma devido à regra gramatical de concordância que determina a utilização do substantivo na forma masculino plural quando os componentes do referido grupo sejam homens e mulheres. A regra é a mesma em português para o caso do uso da palavra “garçons” usada na tradução.

¹⁵ “en las fiestas contrataban saloneros con guantes blancos. Ha de ser para que no les toquen con las manos morenas la vajilla blanca...” (AMPUERO, 2018, p.85).

horário de trabalho e ser, portanto, preguiçosa e inapta para o trabalho, nos permite fazer um recorrido histórico a partir do período da colonização na América Portuguesa e em parte da América Espanhola em que se usava mão de obra escrava e o negro não era considerado nem trabalhador nem vadio: era escravizado. Atitudes que envolviam lentidão e resistência ao trabalho estavam ligadas à sua condição de “cativo” em oposição à “liberdade” (Goettert, 2002). O negro que já era visto como indolente ao longo dos períodos de escravidão nas colônias continuou a carregar esse estereótipo após a abolição, com a implementação do trabalho livre assalariado. Ainda segundo Goettert (2002, p. 107),

A condição de escravo retirava do negro uma possível condição de trabalhador¹⁶, na representação de trabalho como enobrecimento dos sujeitos nele envolvidos. De sujeito indispensável para o trabalho durante mais de três séculos, o negro escravo passou a ser representado justamente por práticas que assumiu nesse longo tempo enquanto resistência à compulsoriedade do trabalho: o negro é lento no trabalho, indolente, sabotador e mais afeito à festa. Desprovido de hábitos de disciplina ao trabalho, pouco afeito ao mando e à ordem (já que a desobediência e as fugas eram constantes), o negro escravo passa a ser representado como atrasado e inapto para o trabalho livre.

A representação da empregada que dorme durante o horário de trabalho, presente em “Coro”, dialoga, portanto, com esse imaginário historicamente construído acerca da população negra. Ao ser narrado pelas patroas como exemplo de uma conduta reprovável, o episódio não se limita à caracterização individual daquela trabalhadora, mas remete à associação entre negritude, indolência e inaptidão para o trabalho discutida por Goettert (2002). Ao mesmo tempo, a narrativa evidencia a violência que sustenta essa relação: diante da empregada adormecida, a reação da patroa é jogar-lhe um copo d’água no rosto. Assim, ao recuperar uma representação historicamente atribuída à população negra, o conto expõe também como ela pode operar na legitimação de práticas de humilhação e violência nas relações de trabalho doméstico.

3. Condições de trabalho

Outro aspecto de grande importância em nossa análise dos contos são as condições de trabalho representadas nos textos. Ambos os contos trazem representações de mulheres

¹⁶ Apenas em meados do século XX é que a historiografia sobre o Mundo do Trabalho consegue consolidar a figura do negro escravizado como trabalhador. Esse movimento teórico contribui para entendermos como a dimensão crista de dignidade por meio do trabalho é readaptada para tratar de sujeitos negros em atividades laborais.

(gênero) negras (raça) trabalhadoras (classe) e de suas patroas mulheres (gênero) brancas (raça) ricas (classe). Embora sejam mulheres, elas ocupam lugares bem diferentes na sociedade, uma vez que as empregadas domésticas são consideradas sujeitos inferiores lidas socialmente como subalternas. Com relação às representações que remetem às condições de trabalho dessas mulheres, o primeiro trecho a ser destacado retrata uma passagem do conto “**Coro**” na qual em uma reunião de amigas, feita na casa luxuosa de uma delas, surge o assunto “empregadas”:

[...] quanto você paga pra ela e que absurdo porque eu pago mais pra minha, ah, tá vendo minha cara de boba, pode ser, e agora elas dizem que têm que ser registradas e receber férias, seguro saúde, tudo isso e eu, não que eu diga não, porque são seres humanos, mas como, bem, como que paga? É demais. Sim. É muito. Logo vão querer que lhes façamos massagem nos pés. E intervalo para o café. Pois não. Não pode ser. Como? Vamos ter que trabalhar pra pagar a empregada? Não é justo, se você tem empregada é porque precisa dela e eu trato a minha super bem, dou roupa pra ela, roupa pros filhos, comida, o quarto, as coisas de higiene pessoal, ou seja, tudo. Quem me dá alguma coisa? Ninguém. Ninguém me dá nada e eu só dou, dou e dou. Sim, é verdade, além de que temos uma para cada coisa, não é que lhes damos todo o trabalho, são humanas. Eu tenho uma que vem pra passar e a outra que cuida das crianças. Essas mulheres estão abusadas demais, olha só a sua que até uniforme bonito ganha, mas como está tão gorda sempre rasga todos¹⁷ (Ampuero, 2018, p. 100, tradução nossa).

Ainda que trate de uma obra fictícia, o excerto anterior nos permite ter contato com uma realidade possível entre mulheres privilegiadas (racialmente e economicamente) ao relatarem suas relações com suas empregadas domésticas. Para entender o que faz com que essas mulheres ocupem lugares diferentes na sociedade, é necessário, primeiramente, partir do que elas têm em comum: o gênero. Frederic (2018, p. 191) desenvolve a sua teoria partindo de um pensamento foucaultiano de que, para o sistema capitalista se manter, foi preciso doutrinar corpos. Segundo a autora, o principal corpo a ser doutrinado seria o feminino, pois junto ao desenvolvimento do capitalismo, as sociedades europeias passaram por um rearranjo social, no qual

¹⁷ “[...] y que cuánto le pagas y que qué barbaridad yo a la mía le pago más, ah, me está viendo la cara de boba, puede ser, y ahora estas dicen que hay que afiliarlas y pagarles vacaciones, enfermedad, todo eso y yo, no es que diga que no, porque son seres humanos, pero cómo, pues, ¿cómo se les paga? Es que es bastante. Sí. Es mucho. Ya mismo quieren que le demos masajes en los pies. Y pausa para el café. No pues, no puede ser, ¿qué? ¿Vamos a trabajar para pagar la empleada? No es justo, si uno tiene empleada es porque la necesita y yo la mía la trató superbién, le doy ropa, ropa para los hijos, la comida, el cuarto, sus cosas de aseo, o sea, todo, ¿a mí quién me da? Nadie. A mí nadie me regala nada y yo estoy que doy, doy y doy. Sí, es verdad, encima que uno tiene una para cada cosa, no es que les da todo el trabajo, uno es humana, que yo tengo una que me viene a planchar la otra que cuida a los niños. Demasiado consentidas están estas mujeres, mira a la tuya que hasta su lindo uniforme le das, pero como está tan gorda los rompe todos” (AMPUERO, 2018, p. 100).

De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade [...] (o que fez) as próprias mulheres se tornarem bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado.

Logo, o trabalho doméstico passou a ser visto como um “recurso natural” feminino que deveria estar à disposição da família à qual ela pertencia e, conseqüentemente, ao seu marido (ou dono). Essa forma de pensamento foi trazida para as Américas Portuguesa e Espanhola e moldou as sociedades aqui estabelecidas. No caso das mulheres ricas brasileiras de períodos históricos como Colônia e Império, esse trabalho doméstico era feito por mulheres negras escravizadas e mesmo que muitas destas “patroas” supervisionassem as tarefas de suas escravas, as tarefas maiores e pesadas ficavam a cargo de suas subalternas.

Com o fim da escravização na América Latina¹⁸, a relação do “cuidar da casa” dessas mulheres ricas continuou sendo a de supervisionar as suas, agora, empregadas domésticas. Em outras palavras, as mulheres negras passaram de escravas a prestadoras de serviços precarizados. Mulheres racializadas não necessariamente lutaram sistematicamente pelo direito de trabalhar fora de casa, uma vez que o lugar patriarcalista de “esposa, mãe de família e dona de casa com inclinação natural para cuidar da casa, dos filhos e do marido” não era pensado para elas, que também não eram consideradas mulheres dentro da noção cristã patriarcal de mulher.

Outro fator importante para entender a dinâmica patroa/empregada ocorreu algumas décadas adiante envolvendo as mulheres de classe média e as mulheres que viriam a compor a classe média. A necessidade do mercado de uma quantidade maior de mão de obra e também com os movimentos emancipatórios femininos, muitas mulheres deixaram de trabalhar somente na esfera doméstica e passaram a trabalhar em ofícios externos. Essas mulheres que precisaram fazer uma pressão social para se verem libertas/trabalhando fora de casa, eram majoritariamente brancas, dado que a herança escravista e racista considerava pessoas negras inaptas para o trabalho livre assalariado dito dignificante, como mencionamos. Sendo assim, essa mulher que vai se formando

¹⁸ O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravização em 13 de maio de 1888.

como classe trabalhadora, branca e de classe média, precisa de outra pessoa para cuidar de seus afazeres domésticos entendidos como menos especializados.

Dessa maneira, surge a figura da empregada doméstica: uma pessoa (comumente mulher) que trabalha na esfera interna da casa realizando atividades que, por serem consideradas funções e dons femininos, não configuram a categoria trabalho no sentido de dignificação de seres humanos, mas sim uma prestação de serviço (por isso uma mulher pobre, majoritariamente racializada). Em oposição, consequentemente, surge a figura da patroa. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), tanto a identidade quanto a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva que são impostas traduzindo os interesses de grupos sociais que detêm o poder e a todo o tempo tentam manter seu acesso privilegiado aos bens sociais. Ele aponta que

A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas: [...] masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. [...] A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (Silva, 2000, p. 82-83).

Portanto, os diferentes lugares sociais ocupados pelas mulheres dos contos se dão com base no que as diferencia enquanto mulheres: raça e classe.

O conto “Coro” nos traz também uma descrição sobre o quarto da empregada:

Primeiro o cheiro. Ali cheira a moedas muito usadas, mofo, curtume de couro velho, algo azedo, guardado úmido em um armário nos trópicos. O quarto é o armário. Não há janelas e mede o mesmo que um ônibus. O vaso fica tão perto da cama, separado por uma cortina de corações daquelas de chuveiro, que alguém cagando e alguém dormindo poderiam estar de mãos dadas. Um calendário com uma foto de pintinhos na parede esquerda e na direita um espelho sem moldura, no teto um suporte para lâmpada sem lâmpada (Ampuero, 2018, p. 101, tradução nossa).

DaMatta (1984) afirma que ao longo da História do Brasil, a casa servia tanto como espaço físico quanto espaço social e moral. Empregadas domésticas são lidas como indignas de privacidade, por isso o quarto da empregada é esse espaço a ser público, passível de invasão onde patrões e seus filhos não precisam de permissão para adentrar e dominar. Se pensarmos a representação trazida deste quarto, o cenário de insalubridade, pequenez e descuido com a conservação são características postas para causarem

desconforto, mas talvez não estranhamento. Brandão (2019), ao analisar os quartos de empregadas domésticas, nos propõe a discussão desse espaço como um elemento gerador de relações de trabalho e práticas sociais particulares. Uma empregada que mora, total ou parcialmente, em um território de domínio de seus patrões, têm as suas ações limitadas em todo o período ali presente.

Prosseguindo com nossa análise, no fragmento a seguir, a empregada que narra o conto “Ali” menciona uma situação vivida por sua colega de trabalho:

Sônia trabalhou com uma que era bêbada e tomava remédio e dormia o dia todo e quando andava ficava furiosa e batia na Sônia que se colocava no meio dela e das crianças. Quando lhe mandaram embora, como chorava essa Sônia, porque, ah, essa mulher adorava aquelas crianças, disse que as criaturinhas choravam, não se vá Soninha, não nos deixe aqui sozinhos, Soninha. E o bebê berrava como se a mãe o estivesse abandonando, uma tristeza, porque a Sônia era na verdade a mãe desse menino (Ampuero, 2018, p. 84-85, tradução nossa).

Desde o período colonial, o trabalho doméstico é feito, em larga escala, por mulheres negras, e isso incluía os cuidados com os bebês e as crianças. As mulheres negras deste período já precisavam submeter sua prole a cuidados secundários, para dar prioridade à prole de senhores. Existia também nesse período a figura das Amas de Leite: mulheres negras escolhidas para amamentar os filhos das senhoras escravistas. No entanto, a partir do século XIX, o Brasil foi inundado por teorias científicas que traziam o discurso da mãe cuidadora que precisava ser responsável pela alimentação de seus filhos. Surgiu a ideia de que o leite materno poderia fortalecer a saúde das crianças, mas também transmitir doenças ou mesmo uma espécie de degeneração, que era inerente aos negros. Logo, para não expor a criança a perigos de ordem biológica e moral, a amamentação passou a ser entendida como função da mãe biológica. Embora o papel da ama de leite tenha deixado de ser parte das atribuições das escravas, a responsabilidade com o trabalho doméstico e com o cuidado das crianças se manteve. Vem daí a expressão “mãe preta” que, segundo Martin (2025), demonstra um misto entre tempo, manutenção da desigualdade e afetividade.

No que tange às condições de trabalho, a situação vivida por Sônia traz uma representação que ilustra o acúmulo de trabalho aos quais a prestadora de serviços está submetida, uma vez que a empregada não faz somente os serviços domésticos, mas também o trabalho de babá, ou de mãe. A estruturação popular brasileira da prestação de serviço doméstico entende o serviço de cuidadora e empregada doméstica como similares.

Esse acúmulo de funções é resultado de questões envolvendo gênero e raça ao qual essas mulheres estão submetidas desde o período escravista. Sendo mulheres negras pobres, suas possibilidades de escolhas acabam sendo nulas ou limitadas, fazendo com que o acúmulo de serviço seja uma resposta à não limitação legislativa de seu trabalho, ao ideário do trabalho como um presente benevolente de seus patrões e a impossibilidade de questionar a subalternidade devido à dependência econômica de seu serviço, ainda que seja mal remunerado.

4. Valoração e invisibilização

A noção de benevolência e bondade sobre si mesmas, que habita o imaginário das patroas, já havia sido identificado no excerto que trazia as reflexões delas sobre a possibilidade de concessão de direitos trabalhistas às suas funcionárias. O trecho a seguir, retirado do mesmo conto (“Ali”), nos permite expandir essa reflexão a partir da visão das empregadas ao questionarem essa ideia de benevolência que aparece, principalmente, no descuido patronal com seu trabalho e com o acúmulo de serviço que passa a ser naturalizado a partir da existência de um salário que, no caso do serviço doméstico, tem uma carga de benfeitoria, já que o cenário histórico dessas relações é o da escravização:

A pobre Karina, a menina que limpa, é que tem que limpar tudo isso e nem um obrigado nem nada. Não pois, você não vê que eles nos pagam? O básico, mas nos pagam. Que os avós delas não pagavam as empregadas, eram como dizem os donos. Eram trazidas da roça, as próprias mães as davam de presente, e lhes davam casa e comida e obrigado, patrão, papai do céu te abençoe e te dê muitos anos de vida (Ampuero, 2018, p. 84, tradução nossa).

A doação de filhas de famílias pobres às famílias com melhores condições econômicas retrata uma ideia escravista do trabalho doméstico como um serviço inferior, que por ser feito por escravizadas, pode continuar a ser visto como uma troca de favores e não um trabalho que requer condições asseguradas por lei. Uma menina/filha dada a esses patrões seria como uma pessoa a menos a viver nas condições escassas da família que a doa, enquanto o teto e a alimentação gastos com ela pela “nova família” seriam seu pagamento. Trata-se de uma perpetuação da comum prática de doação de escravizadas. Essas trabalhadoras são encaradas como uma espécie de objeto a ser passado de geração em geração, como ocorria com mulheres negras escravizadas por famílias de posses (Muaze, 2021). Na contemporaneidade, mesmo que o sistema escravista esteja findado,

o serviço doméstico ainda é encarado por muitas pessoas ricas e de classe média como uma salvação ou favor cedido às mulheres pobres e, devido à naturalização desse caráter de benevolência por parte dos patrões, o espaço de discussão sobre direitos trabalhistas é minimizado.

De acordo com Paixão e Gomes (2012), a noção de empregada como um sujeito não ativo comercialmente é um aspecto da mentalidade construída acerca da condição de escravizadas¹⁹, de modo que a ideia do corpo feminino negro como espaço de descarte atravessa toda a formação social brasileira. Um exemplo mais contemporâneo é a reflexão de Carolina Maria de Jesus²⁰ que, ao se apresentar como uma favelada, nos traz o aspecto de que a sua comunidade, assim como outras favelas, é vista como o “quarto de despejo” da sociedade. Tudo e todos que são considerados “restos” sociais, são ali jogados. No caso das empregadas domésticas, esse “resto” fica por conta da doação de objetos usados, como podemos observar no conto “Ali”:

[...] As outras meninas nos contavam que as senhoras lhes davam as frutas já passadas, a carne meio suspeita, os abacates pretos, que só serviam para o cabelo, ou os sapatos com o salto aberto, as calças quase rasgando no meio das cochas, os cremes que já tinham soltado aguinha (Ampuero, 2018, p. 83, tradução nossa).

Essa representação traz outro aspecto que se trata da naturalização de que essas mulheres negras pobres não teriam os mesmos padrões de consumo que suas empregadoras, contudo, isso não é visto como uma consequência de uma subordinação econômica e sim como resultado de escolhas. Esse absurdo é utilizado por famílias privilegiadas como uma justificativa para entender as suas ações de “doação” como algo positivo e que contribui para que as trabalhadoras possam aproveitar algo para além de sua capacidade de escolha. Essa desvalorização é reproduzida por meio de um modelo capitalista que entende o consumo como um aspecto de validação do sujeito social e faz com que a doação de algo seja visto como ato de caridade e benevolência. Logo, esse ato, ratifica a lógica de não obrigatoriedade da implementação de cargas coerentes de trabalho, da construção de relações de serviços respaldadas em leis trabalhistas, ou mesmo o cumprimento das condições básicas de trabalho e não exploração.

¹⁹ “e agora elas dizem que tem que ser registradas e receber férias, seguro saúde, tudo isso e eu, não que eu diga não, porque são seres humanos, mas como, bem, como que paga? É demais. Sim. É muito. Logo vão querer que lhe façamos massagem nos pés”. (Ampuero, 2018, p. 83, tradução nossa).

²⁰ Autora do livro *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960.

Preta-Rara (2019) aponta algumas de suas experiências de submissão às condições de trabalho que descumpriam as leis trabalhistas e eram pagas de modo insatisfatório, porém como sua situação econômica não lhe permitia escolha, ela acabava permanecendo nesses trabalhos. A passagem a seguir, retirada do conto “Ali”, confirma essa desvalorização e nos permite analisar como essa submissão econômica torna-se natural aos empregadores: “nas festas [...] colocam toalhas de mesa que valem mais do que ganhamos em um ano” (Ampuero, 2018, p. 85, tradução nossa). Essa naturalização também é apresentada em um dos trechos trazidos anteriormente²¹, em que as patroas falam de seus incômodos e chegam a associar direitos trabalhistas a massagens nos pés, demonstrando a avaliação sobre os direitos que essas trabalhadoras poderiam conquistar como um quadro de abuso já que elas, as empregadoras, dão tudo para as empregadas²².

Essa desvalorização é também expressada com a construção diária de uma invisibilidade aos corpos e mentes negras. Sueli Carneiro (2005) nos chama atenção para a ideia de que a população negra também passa pelo fenômeno que Sousa Santos e Meneses (2009) chamam de “epistemicídio”, que seria o processo de ocultar e invisibilizar as relações e contribuições culturais, sociais, políticas e econômicas vindas de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental. Isso implica no apagamento da população negra, de seus feitos históricos, de suas conquistas e de suas referências teóricas como tentativa constante de um aniquilamento psíquico dos corpos negros. Isso pode ser observado no fragmento abaixo no qual as empregadas são invisibilizadas e negligenciadas no enterro da patroa a qual elas eram as principais cuidadoras. Não podemos esquecer que, como afirma Reis (1991), a morte é uma manifestação social, logo, estruturas sociais de opressão se perpetuam também no momento do enterro, o que nos permite analisar a não distribuição de flores a elas como parte do pacto social de uma elite embranquecida que vê nestes corpos femininos negros uma presença a ser apagada:

No enterro, uma senhorita do cemitério distribuía rosas brancas para que os entes queridos da menina Ali as colocassem em seu caixão. Quando passou por nós, nos pulou e deu rosas a umas senhoras muito elegantes com grandes óculos pretos que nunca tínhamos visto antes. No dia seguinte ao enterro, Seu Ricardo, o pai da menina Ali, nos deu cem dólares, os dias do mês trabalhados, disse ele, e, antes de partirmos,

²¹ “e agora elas dizem que tem que ser registradas e receber férias, seguro saúde, tudo isso e eu, não que eu diga não, porque são seres humanos, mas como, bem, como que paga? É demais. Sim. É muito. Logo vão querer que lhe façamos massagem nos pés”.

²² “[...] Dou roupa pra ela, roupa pros filhos, comida, o quarto, as coisas de higiene pessoal, ou seja, tudo. Quem me dá alguma coisa? Ninguém. Ninguém me dá nada e eu só dou, dou e dou.” (Ampuero, 2018, p. 100).

dona Teresa conferiu nossas bolsas e sacolas para ver se estávamos roubando algo. [...] Não nos disse adeus, nem obrigado²³ (Ampuero, 2018, p. 94, tradução nossa).

Do mesmo jeito que estas mulheres são fisicamente silenciadas, o processo de epistemicídio busca silenciar as suas vozes. Ainda que o excerto a seguir, retirado do conto “Ali”, mostre uma espécie de preocupação das empregadas para com a patroa, suas vozes não seriam ouvidas, pois elas não faziam parte do *corpus* social legitimador. “Nós, na cozinha, falávamos em procurar outros médicos, médicos da cabeça, dos loucos, mas quem iria escutar as empregadas? [...] Ninguém nos perguntou o que tinha acontecido [...] a opinião das empregadas não importa” (Ampuero, 2018, p. 88-90, tradução nossa). O foco narrativo em 1º pessoa nos permite acompanhar, pelo ponto de vista das empregadas, que elas conversavam entre si sobre o que acontecia na casa, porém, ao longo da história, suas práticas mostram que elas sabiam que não deveriam manifestar suas opiniões (porque ninguém escutaria) e muito menos teriam essas opiniões solicitadas (porque elas não importam). Essas práticas resultam de anos de silenciamento e dialogam com a questão levantada por Spivak (2010): pode o subalterno falar? E por consequência: pode uma subalterna ser ouvida?²⁴

5. Figura exótica

Quando se trata de epistemicídio, nos referimos à desumanização dos sujeitos que sofrem a ação. Logo, imitar de modo pejorativo para brincar de ser “outras”, invadir o espaço que teoricamente deveria ser de privacidade dessa empregada, mexer em suas coisas e atrelar tudo isso à movimentos e costumes considerados selvagens²⁵ é parte dessa estrutura racista epistêmica. Até mesmo associações com elementos que pertencem ao

²³ “En el entierro, una señorita del cementerio repartía rosas blancas para que lo seres queridos de la niña Ali las pusieron sobre su ataúd. Cuando pasó junto a nosotras, nos saltó y le dio rosas a unas señoras muy elegantes con gafas negras grandotas a la que nunca habíamos visto. Al día siguiente del entierro, don Ricardo, el papá de la niña Ali, nos dio cien dólares, los días del mes trabajados, dijo, y, antes de irnos, la señora Teresa nos revisó las carteras y las fundas por si nos estábamos robando algo. No nos dijo adiós, ni gracias” (AMPUERO, 2018, p. 94).

²⁴ Atualmente discussões sobre a tradução do texto de Spivak nos apresentam a situação de que a ideia original desenvolvida pela autora foi de uma subalterna, ou seja, que trazia a condição de gênero feminino em sua análise. No entanto, o ocultamento desse aspecto, no momento da tradução, só foi questionado adiante e com isso, fez necessário um intencional movimento teórico que a trouxesse à tona novamente. O que nos permite a pergunta: Pode a subalterna falar?

²⁵ “[...] Vai sair no fim de semana para dançar selvagem e comer coco” (Ampuero, 2018, p. 102, tradução nossa).

cotidiano, são trazidos para pensar esses sujeitos como marginais e tendentes a não civilidade, seja o caso do corpo que dança de modo selvagem ou mesmo a alimentação que, segundo Palmer (1998), é uma prática associada a identidade e pertencimento. Logo, quando a ação de “comer coco” é apresentada, a ideia é de diferenciação dos outros componentes civilizados que não praticariam tal ato:

O passeio não deveria chegar até ali, mas o entusiasmo as infantiliza e, sem dizer nada, decidem ser o que normalmente não são: outras. Abrem gavetas, vestem as roupas de Coro, de Natividad Corozo, uma delas coloca uma almofada dentro da calça e dança mexendo sua bunda nova, outra pega uma camiseta vermelha e a coloca como lenço na cabeça, elas tiram fotos imitando Coro. Uma esfrega os lábios, a de lá finge varrer, a outra finge que limpa o espelho, a da bunda postiça imita uma negra, o que ela pensa que é imitar uma negra, exigindo o salário completo com as mãos nos quadris porque vai sair no fim de semana para dançar selvagem e comer coco (Ampuero, 2018, p. 101-102).

Esse estranhamento com a presença feminina negra, perpassa por outros pontos ao longo do conto, pois o desconforto encoberto por admiração altruísta das demais mulheres está pautado na relação de opressão presente na relação entre elas: a desconfiança com “a outra” pertencente a outra raça e classe:

Quando Coro sai, todas falam dela, que se não é estranho ter uma mulher assim, como posso dizer? Negra, trabalhando em casa, que se ela não cheira diferente porque eles têm cheiro diferente e que simpática com seu lenço que parece a *Aunt Jemima*, a negrinha da marca de xarope para *pancakes* e que moderna a María del Pilar deixando a empregada usar acessórios, mas que cai bem, tipo exótico [...] (Ampuero, 2018, p. 100).

Essa relação moldou um imaginário nacional de que o negro deveria ser entendido como um ser dócil, submisso e grato por poder participar do convívio social civilizado das casas a que prestam serviço, como o caso da já mencionada Tia Nastácia: personagem sorridente, amável e que estava sempre pronta a ser agradável e prestativa para serviços e caprichos da família ou mesmo de uma boneca de pano. De acordo com Martha Abreu (2004), os teóricos folcloristas entendiam esse sujeito como o ideal de negro a ser consolidado na sociedade brasileira. Essa idealização representada pela figura da Tia Nastácia dialoga com o estereótipo de mulher negra que nos Estados Unidos é denominado *mammy*²⁶, sendo a Tia Jemima e a personagem Mammy do filme *Gone with*

²⁶ “*Mommy*” é uma forma carinhosa de dizer “mãe” em inglês. “*Mammy*” seria como os negros do sul dos Estados Unidos no século XIX pronunciariam a palavra “*Mommy*”.

the wind (1939)²⁷ as principais representantes desse estereótipo que tem sua origem nos relatos e diários escritos por brancos no pós-guerra civil americana que contavam com saudosismo de como eram felizes antes da guerra. Nesses discursos sempre havia a figura da escrava da casa que era “quase da família” e que dedicava sua vida à cuidar da família branca. Segundo Jardim (2016, s.p.),

a descrição básica da *Mammy* gira em torno de uma mulher negra bem gorda, com seios enormes capazes de amamentar todas as crianças brancas do mundo, um lenço para esconder o cabelo crespo “horroroso” e uma personalidade forte, cheia de garra, mas que só serve pra lutar pela família branca que ela tanto ama. [...] Ela é uma doméstica, nasceu pra isso. Cozinha como ninguém e tem as melhores receitas. É leal, é gentil, dá dicas de limpeza, é supersticiosa, religiosa...

A imagem da mulher negra como *mommy* foi firmada no imaginário estadunidense principalmente depois de 1893²⁸ quando os produtos culinários para café da manhã da empresa *Pearl Milling Company* ganharam uma logo que trazia a imagem de uma mulher negra como a descrita na citação acima. A marca passou a ser conhecida como *Aunt Jemima* e a estratégia de estampar os produtos com essa imagem serviu para reforçar a ideia de vocação para servir que manteve mulheres negras presas ao trabalho doméstico nos Estados Unidos. Não ao acaso, uma das mulheres associa a imagem da empregada Coro à imagem da Tia Jemima. Além disso, retomando o primeiro trecho mencionado na seção anterior (seção 3) em que o grupo de amigas discute sobre o absurdo que seria que as empregadas tivessem direitos trabalhistas, havia sido mencionada a benevolência da patroa em dar a empregada seu lindo uniforme que acabava constantemente rasgado por ela ser tão gorda²⁹.

Um exemplo desse modo de ser vista socialmente, e que se acentua na vivência de mulheres negras, é a sexualização. O trecho que cita o dançar selvagem tem uma abertura para tratar essa condição de barbárie a que esse corpo feminino está associado e isso se acentua quando tratamos do cotidiano na casa das patroas. Essa invisibilidade e objetificação também estão presentes nesse receio revestido de bondade, que permite que ela use acessórios – mesmo que os trate como exóticos – assim como está presente na

²⁷ *E o Vento Levou* (1939), dirigido por Victor Fleming, George Cukor e Sam Wood com roteiro baseado no romance *Gone with the Wind* (1936) de Margaret Mitchell.

²⁸ E passou a influenciar territórios latino-americanos com divulgações midiáticas do período.

²⁹ “Essas mulheres estão abusadas demais, olha só a sua que até uniforme bonito ganha, mas como está tão gorda sempre rasga todos.” (Ampuero, 2018, p.100)

“brincadeira” que imita o corpo feminino negro como avantajado e desajeitado. É a mesma mentalidade construída e transmitida por Freyre (1987) que apresenta uma matrona “arrendada e enorme”. Aqui não mais como um corpo a ser sexualmente consumido, mas sim um corpo que se distancia dessa condição, pois se aproxima de uma maternidade. Embora a representação física de Coro a aproxime da imagem de cuidadora, com corpo que se distancia do sexualizado e que tem a amorosidade (elementos comumente atribuídos ao materno), o conto traz essa representação, de certa forma, associada a outra representação oposta ao mencionar que Coro iria usar seu final de semana livre para dançar selvagem (comumente relacionado à negra sexualizada).

A análise conjunta de “Ali” e “Coro” evidencia, portanto, que as representações das empregadas domésticas não se constroem de forma isolada, mas se articulam na produção de uma imagem social marcada pela inferiorização. Nos dois contos, ainda que por perspectivas narrativas distintas, essas mulheres são representadas a partir de relações atravessadas por raça, gênero e classe, que se manifestam na desconfiança sobre sua índole, na precarização das condições de trabalho, na desvalorização e invisibilização de seus corpos, saberes e afetos e, ainda, em sua construção como figuras exóticas e racialmente distintas de suas empregadoras. Ao mobilizar essas representações, contudo, as narrativas não parecem simplesmente reproduzi-las: ao evidenciar a violência, o escárnio e as relações de poder que as sustentam, expõem seu caráter discriminatório e possibilitam uma leitura crítica das permanências coloniais que atravessam o trabalho doméstico feminino negro.

Considerações finais

Conforme observado nas análises dos contos “Ali” e “Coro”, os processos históricos que forjaram a figura da empregada doméstica perpassam por questões de gênero, raça e classe social. Nesse sentido, a literatura serve como uma rica fonte para a História, pois processos sociais emergem nos textos literários. A literatura é hoje uma ferramenta possível de resistência para esses grupos subalternizados, pois acaba tendo a função social de reforçar ou questionar as representações que constituem o imaginário social. A partir da análise dos dois contos de María Fernanda Ampuero, concluímos que, na América Latina do século XXI os discursos e as práticas das elites e da classe média

ainda operam para manter a condição de subalternidade das empregadas domésticas. Elas são consideradas sujas, desonestas, preguiçosas, abusadas, ingratas, selvagens, depósito de lixo, invisíveis, objetos e aquelas que não devem falar porque ninguém ouviria; enquanto seus empregadores são pessoas benevolentes e caridosas que só “dão, dão e não recebem nada”³⁰.

As análises e reflexões dos contos nos levam a um melhor entendimento de que a condição dessas mulheres é consequência do passado colonial e escravista que moldou as bases sociais do que viriam a ser os países latino-americanos. A imagem da empregada doméstica surge como uma reconfiguração da escravizada que trabalhava na casa grande. Isso faz com que seu trabalho não seja visto como prestação de serviço, mas sim uma “ajudinha”, pois ela é “quase da família”. Não surpreendentemente, o espaço destinado a ela, o “quarto da empregada”, era construído e mantido como reconfiguração da senzala.

Ao longo desse trabalho, falou-se da “outra”, no âmbito de pensar as empregadas domésticas como constituintes de um grupo que está à margem da sociedade brasileira idealizada europeizada branca; e conseqüentemente, denunciou-se as mazelas do sistema de hierarquização que ainda persiste na América Latina. Logo, as representações analisadas estão inseridas em um universo cultural e ideológico da manutenção histórica do “outro” como marginal na sociedade ocidental europeizada, em que as categorias de raça, classe e gênero estão dispostas em comparação com os ideais esperados. O trabalho doméstico, nesta perspectiva, é atualmente identificado/representado como uma subjugação dos sujeitos/sujeitas a partir do passado colonial da escravização, em que o desempenho desse papel ainda está atrelado à violação e extrapolação de direitos e deveres.

A forma de inferiorização das sujeitas que desempenham a função de empregadas domésticas atua em diferentes níveis e âmbitos socioculturais. A índole duvidosa torna-se uma explicação biológica e associada ao racismo estrutural; as condições de trabalho são, muitas vezes, análogas às do passado colonialista; o valor de seus trabalhos e da sua mão de obra é frequentemente diminuído e atribuído a um valor remunerado mínimo; as condições socioculturais de seus ofícios são constantemente dispostas em um sistema de insalubridade e humilhação; suas lutas por melhorias das condições de trabalho e visibilidade são, por vezes, confundidas com regalias, rememorando as trocas e favores

³⁰ Termos utilizados nas obras analisadas.

do cotidiano cultural do sistema escravista, assim como são constantemente caracterizadas como exóticas, ligação direta com suas raças e gêneros. No sistema capitalista atual, perpetuação a localização das empregadas domésticas negras nos níveis mais baixos de respeito social, segurança trabalhista e remuneração justa. Por isso, este trabalho buscou destacar a manutenção da clandestinidade e inferiorização de sujeitas e os trabalhos domésticos por elas exercidos.

Nesse sentido, observa-se a urgência e importância de estudos que investiguem esse contexto de desigualdades e inferiorização das empregadas domésticas no sistema sociocultural brasileiro ainda como uma questão latente atualmente e parte integrante de uma rede de manutenções de outros tempos históricos brasileiros. E, identificamos que a presente pesquisa desempenha um papel decolonial de analisar as condições históricas do sul global e, dentre as contribuições para o futuro, se propõe a pensar e possibilita novos estudos sobre as sujeitas das empregadas domésticas como inseridas em dinâmicas de marginalização e subordinação, especialmente nos países sul-americanos.

Referências

- ABREU, M. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950. *Afro-Ásia*, Bahia, 31, 2004. p.235-276.
- ALMEIDA, R. I.; SILVA, C. A. Sinônimo entre mulher e monstro no conto “Ali”, da obra *Rinha de galos*, de María Fernanda Ampuero. In: Anais do XIV Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI). *Anais...Belém* (PA) IFPA, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/connepi-belem-2024/834268-SINONIMO-ENTRE-MULHER-E-MONSTRO-NO-CONTO-ALI-DA-OBRA-RINHA-DE-GALOS-DE-MARIA-FERNANDA-AMPUERO>. Acesso em: 05/01/2026
- AMPUERO, M. F. Ali. In: *Pelea de Gallos*. Madrid: Páginas de Espuma, 2018. p. 83-94.
- AMPUERO, M. F. Coro. In: *Pelea de Gallos*. Madrid: Páginas de Espuma, 2018. p. 95-104.
- ASSIS, M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.
- AZEVEDO, A. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, B. F. *O horror que nos rodeia: a violência social em contos de María Fernanda Ampuero e Mariana Enriquez*. 2025. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>. Acesso em: 5 jan. 2026.

BORGES, V. R. História e Literatura: Algumas Considerações: *Revista de Teoria da História*, Goiás, ano 1, Número 3, junho/ 2010.

BOTELHO, F.F.; SÁ, D. R. Body horror e resistência feminina em contos de Mariana Enríquez e María Fernanda Ampuero. *Fórum Identidades*, Itabaiana, v. 40, n. 1, p. 251–265, jul./dez. 2024.

BRANDÃO, L. S. R. As trabalhadoras domésticas no processo de urbanização. O quarto de empregadas como expressão das idiossincracias das cidades brasileiras. *Revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade*. Rio Grande do Sul, n.9, v.3, out. 2019.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005.

CHARTIER, R. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

CORD, M. M.; SOUZA, R. S. Trabalhadores livres e escravos. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2018. p. 410-418.

DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação*. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREDERIC, S. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2018.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. 25, São Paulo: José Olympio Editora, 1987.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. *Cem anos de solidão*. Tradução de Eric Nepomuceno. 86. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOETTERT, J. D. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Revista Formação – Edição Especial*, v. 2, n. 13, p. 101-117, 2002.

JARDIM, S. Reconhecendo estereótipos racistas na mídia norte-americana. *Medium*, 2016. Disponível em: <https://medium.com/@suzanejardim/alguns-estere%C3%B3tipos-racistas-internacionais-c7c7bfe3dbf6>. Acesso em: 27 ago. 2025.

JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LUGONES, M. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MARTIN, R. Trabalho doméstico é um tema incômodo para a sociedade brasileira, aponta Juliana Teixeira. *Carta Capital*, 04 dez. 2021. Diversidade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/trabalho-domestico-e-um-tema-incomodo-para-a-sociedade-brasileira-aponta-juliana-teixeira/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MARTINS, G. M. C. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM. 2015. p. 3389-3901.

MIGNOLO, W. *A ideia de América Latina: a ferida colonial e a opção decolonial*. Buenos Aires: Gedisa, 2006.

MORENO, Y. B. L. *Cuerpos que violentan en Pelea de gallos de María Fernanda Ampuero*. Contribuciones desde Coatepec, n. 42, p. 105–120, 2025.

MUAZE, M. A. F. Maternidade e escravidão nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense. *Anais 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2021. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/gua/noticias-eflch/2900-10-encontro-escravidao-e-liberdade-no-brasil-meridional-disponibiliza-caderno-de-resumos>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.

PALMER, C. From Theory to Practice. Experiencing the nation in everyday life. *Journal of Material Culture*. n. 3, v. 2, p. 175-199, 1998.

PESAVENTO, S. J. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/1560>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PINHEIRO, A. S. Os corpos objeto-abjetos nas narrativas de María Fernanda Ampuero. *Cadernos Literários*, 29(1), 26–37. 2024. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/cadliter/article/view/16870>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PRAZERES, L. L. G.; RODRIGUES, D. M.; SILVA, H. F. B. Nas tripas do galo: corpos literários femininos latino-americanos e marcas da violência de gênero em três contos da escritora Maria Fernanda Ampuero. *Abusões*, n. 21, ano 9, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismos e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: setembro, p. 227 – 278, 2005.

RAMA, Á. *La ciudad letrada*. Universidad Nacional de La Plata, 1998.

RARA, P. *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho de empregada*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

REIS, J. J. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RULFO, J. *Pedro Páramo*. Tradução e prefácio de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SALVADOR, S.; COSSANI, P. Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do covid-19. *CEPAL*, v. 11, 12 jun. 2020.

SILVA, C. L. L.; ARAÚJO, J. N. G.; MOREIRA, M. I. C.; BARROS, V. A. O trabalho de empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 454-470, jan. 2017.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 73-102.

SANTOS, B de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Edufmg, 2010.

TERRA, L. M. *Negro suspeito, negro bandido: um estudo sobre o discurso policial*. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

ZINANI, C. J. A. Literatura e história na América Latina: representações de gênero. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 253-270, jan./jun, 2006.